



Filipe Pontes
- Vice-Presidente do Conselho de Especialidade de Auditoria da Ordem dos Economistas
- Membro da Direção Regional Centro e Alentejo da Ordem dos Economistas

O Fim das Moratórias

E Ordem dos Economistas

Publicações Ordem dos Economistas

O Fim das Moratórias.

Por Filipe Pontes, membro nº 14755 da Ordem dos Economistas.

O fim das moratórias aproxima-se a passos largos, depois do fim da chamada moratória privada (iniciativa da Associação Portuguesa de Bancos) a 31 de março avizinha-se agora o fim da moratória, designada por muitos, de pública a 30 de setembro. De realçar que Portugal é dos países que há mais tempo mantém este regime que no limite abarcará até 18 meses de vigência (a maior parte dos países não ultrapassou os 6 meses).

Mais ainda, chamo à atenção para o nível das desigualdades: em Portugal o stock de créditos em moratória atingiu valores próximos do 25%, enquanto por exemplo na Alemanha, este valor nunca ultrapassou mais de 2,5%. São magnitudes diferentes que decorrem por um lado do contexto de cada país, mas também da forma com esta medida foi incentivada em cada País.

Ainda esta semana a Moody's avisa que Portugal é dos países mais expostos ao risco de incumprimento, fazendo a par do chipre e de Itália, parte do leque de países com maior valor de exposição e por sua vez maior vulnerabilidade.

Chegados aqui urge perceber o porquê da disparidade, o contexto, o incentivo até porque parte dos valores dos créditos em moratórias foram incluídos em pacotes de medidas de apoio do Governo e toda a comunicação e facilidade de adesão a este tipo de apoios, todos conjugados, foram naturalmente importantes para que tenha atingido esta dimensão.



E sobre o dia seguinte, sabe-se que o governo estuda alternativas para prolongar o prazo de 30 de setembro através de eventuais carências o que, a confirmar-se, irá alargar ainda mais, o prazo de retoma normal de pagamento.

De tudo isto fica a necessidade imperiosa de aumentar a literacia financeira que permita uma melhor informação a toda a população e que alerte para os eventuais riscos de todas estas medidas e que acima de tudo permita ao cidadão o livre escrutínio de todas as políticas de apoio e suas consequências.